

Assembleia Constituinte

3 AGO 1985

Nova Carta deve preservar visão cristã do trabalho

D. EUGENIO SALES

Na semana passada, 112 personalidades convidadas pela Arquidiocese do Rio de Janeiro, reuniram-se no Centro de Estudos e Formação do Sumaré. Era o 36º Encontro de Líderes e Pessoas com Poder Decisório.

Presentes estavam os diversos segmentos da sociedade: cientistas sociais, políticos, militares, líderes favelados e operários, juristas, médicos...

Nesta convocação não me deixei prender por critérios confessionais, nem outra qualquer forma de discriminação. Os convites se guiavam pela probidade, vivência social de cada um e sua capacidade de revelar as legítimas aspirações do povo.

Várias decisões importantes tiveram sua origem em propostas e sugestões elaboradas nesses seminários. Muitas tensões superadas a partir de um diálogo, franco e leal, propiciado pelo espaço de liberdade que o Sumaré ofereceu em diversas oportunidades.

Qual o objetivo desse 36º Encontro?

Trazer subsídios para responder à questão: "O que a Nação brasileira espera da Constituinte".

Um dos grandes desafios que enfrenta o Brasil, na atual conjuntura política, é a elaboração de sua Carta Magna. A Igreja espera um texto que preserve os valores evangélicos, fundamentais à importância que o futuro reserva a este País.

A Constituição deverá definir as liberdades públicas, os direitos constitucionais, incluindo os políticos individuais e sociais. Entre eles, os cristãos se sensibilizam, particularmente, com os referentes à Vida, à Família, à Educação e ao Trabalho. O Magistério oficial tem posições, explicitadas, mais recentemente, desde a Encíclica social do Papa João XXIII, "Pacem in terris", de 1963, até os documentos dos Sínodos dos Bispos, encíclicas e pronunciamentos do Santo Padre João Paulo II. E, de modo especial, aqueles que fez, pessoalmente, em sua visita à nossa Pátria, cujo 5º aniversário celebramos.

Temos diretrizes claras e precisas. Elas, uma vez seguidas, na elaboração da Carta Magna, atenderão às necessidades e aspirações dos brasileiros. Introduzidas, serão o alicerce da vida nacional, conforme os ditames do Evangelho. E mesmo os estranhos à Fé em Jesus Cristo serão beneficiados, pois esses princípios são o fundamento do bem-estar social. Assim, uma família protegida em suas características essenciais garante o presente e o futuro de uma nação. O ensino religioso nas escolas públicas e a garantia da educação particular resguardam a liberdade de consciência e de escolha por parte dos pais, quanto à formação que desejam dar a seus filhos. Nos Estados totalitários, o domínio e a exclusividade da instrução é um dos primeiros passos na supressão ou enfraquecimento de uma democracia autêntica.

A garantia da assistência espiritual às Forças Armadas.

A defesa da vida, inclusive do nascituro, é o mais fundamental dos direitos humanos. A garantia da existência está na raiz de tudo que se relaciona com nossa dignidade de ser criado à imagem de Deus.

Interessa-nos, vivamente, a preservação da visão cristã do trabalho e da propriedade.

O nome de Deus, no texto constitucional, colocará as diretrizes aí contidas, dentro de uma perspectiva que transcende a fraqueza e a limitação humanas.

Sem pretensões de interferir em área alheia à sua missão religiosa, a Arquidiocese assumiu uma atitude de serviço, oferecendo espaços para que tais assuntos fossem estudados, abrindo caminho para iniciativas ulteriores, destinadas a novas contribuições sobre itens mais específicos.

A metodologia do 36º Encontro incluiu um painel, seguido de debates. Em um outro momento, os participantes se dividiram em grupos que examinavam temas sugeridos.

No plenário, as propostas foram comunicadas. O objetivo perseguido era proporcionar subsídios às personalidades presentes. Escapava ao propósito da Arquidiocese chegar a conclusões. Seus intentos foram alcançados: mobilizar a participação de diversos segmentos de nossa comunidade, levando-os a um esforço em relação ao modo de elaborar e conteúdo que devem merecer a atenção dos constituintes.

No encerramento, tive a oportunidade de recordar a liberdade de expressar as próprias opiniões e a representatividade das várias camadas que compõem nossa sociedade. Insisti sobre algumas verdades.

A fraternidade entre todos os brasileiros, neste período de nossa história, avulta como elemento essencial. As divisões que ultrapassem o são pluralismo, se constituem em fator altamente negativo. A radicalização, vinda de onde vier, é prejudicial à ordem democrática. Os erros existentes não devem obscurecer o indiscutível progresso que atingimos. Hoje somos um grande país, viável, com futuro promissor. A confiança liberta valiosas energias.

O amor à Pátria é fator notavelmente benéfico à elaboração de um texto normativo da vida nacional.

Os valores espirituais e morais são o fundamento de uma Carta Magna. Sem eles, teremos um papel escrito, conceitos bem redigidos, sem alcançar os resultados esperados. A transformação do homem é fundamental ao sucesso de uma Constituinte. Esta irá depender da qualidade, não apenas dos eleitos para essa tarefa, mas também do nível moral de governantes e governados.

E, evidentemente, da ajuda de Deus.

ANC 88
Pasta 08/85
005/1985